



“Mayday” para o desemprego

Sady Bordin (*)

“Acima de tudo, tente alguma coisa”
(F.D.Roosevelt)

Caso a altitude da cabine de um avião ultrapasse os 14 mil pés (o normal são 8 mil), ocasionando a famosa despressurização, máscaras de oxigênio automaticamente são liberadas, para que os passageiros tenham suprimento de oxigênio enquanto os pilotos conduzem a aeronave a uma altitude segura em que possam respirar sem o auxílio das máscaras.

E quando o nosso grande avião Brasil atinge a marca dos quase 14 milhões de desempregados, o que fazem seus pilotos? Nada! Absolutamente nada! Nesse avião, não existe um sistema automático para disponibilizar vagas de emprego até que a economia do país volte a crescer. Os pilotos do Brasil estão aparentemente preocupados com outros assuntos.

O Legislativo, com a eleição. O Judiciário, com o aumento de seus próprios salários. E o Executivo, apenas aguardando o fim do mandato. Como essa pane não compromete o voo em si, mas apenas a sobrevivência dos passageiros, eles prosseguem o voo como se não houvesse nada como o avião.

O avião Brasil já se encontra há muito tempo numa situação de mayday. Todavia, como a atual tripulação não irá acionar o botão no painel superior para liberar manualmente as máscaras de oxigênio, restará aos novos pilotos, que assumirão o comando da aeronave em janeiro, a solução imediata e firme dessa pane.

Os 13 milhões de desempregados não podem esperar uma hora a mais de voo sequer. Pela média de contratações (400 mil vagas abertas no primeiro semestre), precisaríamos de inaceitáveis 17 anos para zerar esse estoque. Isso sem somar o acréscimo da população que está atingindo a idade para trabalhar e chegando ao mercado

de trabalho a cada ano.

Praticamente todos os postulantes ao cargo de comandante do avião Brasil propõem a mesma cartilha para resolver a pane: reforma da Previdência, reforma tributária, redução do déficit fiscal etc. e tal. Essas reformas, por mais bem-vindas e necessárias que sejam, levarão meses, senão anos, para serem implementadas. Isso se o Congresso aprová-las. E até lá, quando vão cair as máscaras para garantir a sobrevivência dos passageiros desempregados?

Nenhum candidato, efetivamente, apresentou propostas, pelo menos até agora, de como resolver a pane do emprego de forma imediata e firme. Nós, pilotos, quando temos uma emergência em voo, agimos imediata e assertivamente para saná-la o mais rápido possível. Espera-se a mesma atitude do comandante eleito para assumir o avião em pane chamado Brasil.

Se nem ele (ou ela) ou seus economistas tiverem uma proposta, siguro dar um control C - control V no famoso e bem-sucedido programa do Presidente Roosevelt para combater a Grande Depressão americana nos anos 1930, conhecido por New Deal. Para efeito de comparação, naquele período, o desemprego chegou a 25% nos EUA. Hoje, no Brasil de 2018, só na faixa etária dos jovens de 18 a 24 anos, essa taxa chega a alarmantes e inaceitáveis 27%.

Trata-se ou não uma situação de mayday, que pede o acionamento imediato do botão de liberação de oxigênio para os milhões de passageiros desempregados a bordo do avião Brasil? Por favor, senhor candidato: resolva essa pane assim que assumir o comando do voo.

Como comandante do avião Brasil, você tem a obrigação de solucioná-la.

(*) - É piloto de linha aérea e Presidente-fundador da ONG ‘Eu Consigo’, que ajuda quem está sem emprego a conseguir um.

Argentina ficará em recessão “durante um tempo”

O ministro da Economia da Argentina, Nicolás Dujovne, reconheceu que a economia do país ficará em recessão “durante um tempo”, mas que as políticas do presidente Mauricio Macri conseguiram evitar uma crise. “Sabemos que temos meses difíceis pela frente. Mas também sabemos que, sem essas medidas, teria sido muito pior. Conseguimos evitar uma crise”, declarou o ministro à rádio “La Red”.

“A economia argentina está em recessão, ficará em recessão por um tempo. O importante é que temos um ‘piloto de tempestades’, o presidente, que realmente, com muita coragem, decidiu avançar nas medidas que eram necessárias para estabilizar a situação”, alegou Dujovne. Para ele, essa solução passa por “acelerar o caminho para o equilíbrio fiscal”, razão pela qual o governo enviou ao Congresso um projeto de lei de orçamento para o próximo ano com equilíbrio fiscal primário.

“Agora temos uma política monetária muito restritiva, por muitos meses, de tal maneira a estabilizar a moeda, que estava muito enfraquecida nos últimos meses”, afirmou, ao reiterar que a Argentina teve em 2018 um conjunto de eventos como a seca - que afetou fortemente a produção agrícola - e a volati-



Ministro da Fazenda da Argentina, Nicolás Dujovne.

lidade internacional, o que foi “muito duro” para o país, já que não tinha terminado de “corrigir os desequilíbrios” econômicos. Dujovne também ressaltou que os escândalos de corrupção envolvendo grandes empresários e funcionários dos governos de Néstor e Cristina Kirchner afetaram a confiança dos investidores.

A “tempestade” econômica vivida pela Argentina provocou no segundo semestre deste ano uma queda anualizada de 4,2% no PIB, o que interrompeu uma sequência positiva de quase um ano (Agência EFE).

dência da República e transformada na Lei Lucas. A proposta obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica a fazerem curso de capacitação de professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros. Essa obrigação vale também para estabelecimentos de recreação infantil.

A deputada Pollyana Gama ressaltou aspectos do projeto. “É importante dizer que

esse curso deverá ser ofertado a cada dois anos. Também impomos aqui penalidades para quem não cumprir a lei. No caso, desde notificação do descumprimento, multa e até mesmo cassação do alvará ou responsabilização patrimonial”, disse.

O objetivo do treinamento é possibilitar que os professores consigam agir em situações emergenciais enquanto a assistência médica especializada não for proporcionada.

Para o deputado Edmilson Rodrigues (PsoL-PA), a lei vem em boa hora. “Eu sou do Pará, onde se come muito peixe, muito pescado e é muito comum crianças ficarem entaladas com espinha, e se você não sabe cuidar vidas se perdem, daí a importância de noções de primeiros socorros para os professores, para os orientadores de creches, enfim para todos os educadores”, afirmou (Ag.Câmara).

Subvenção para reduzir preço do óleo diesel vira lei

Foi transformada em lei a MP que concede subvenção para a venda e a importação do óleo diesel de uso rodoviário, com sua publicação na sexta-feira (5) no Diário Oficial da União, com vetos à coleta de informações, pela ANP, sobre a formação de preços praticada por agentes de mercado

A subvenção do diesel foi uma das promessas do governo em troca do fim da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio. A MP, que perderia a validade no dia 10 de outubro, foi aprovada pelo Senado no início de setembro, em votação simbólica. O total de recursos direcionados à subvenção será de R\$ 9,5 bilhões e ela será limitada a R\$ 0,30 por litro do combustível.

O benefício vale até 31 de dezembro de 2018. A iniciativa do governo não impede o aumento do preço do óleo diesel em razão das condições de mercado do setor; o texto apenas concede um desconto pago com recursos do Orçamento federal para manter o compromisso de redução de R\$ 0,46 nas bombas dos postos. Com a sistemática, se houver aumento do preço de



Redução do preço dos combustíveis foi uma das exigências da greve dos caminhoneiros, em maio.

referência, o preço de comercialização também aumentará, para manter fixo o desconto de R\$ 0,30.

A cada mês também serão acrescentados ao preço de referência os valores de PIS/

Pasep e Cofins, incidentes sobre a receita da subvenção econômica, apurados no período mensal anterior. Se ao final do ano houver crédito para a União em razão da sistemática de cálculo, os beneficiários te-

rão 15 dias úteis para recolher os valores ao governo. O texto prevê ainda que, se o dinheiro para a subvenção acabar antes de 31 de dezembro, o programa de subsídios também se encerrará (Ag. Senado).

Libras como disciplina obrigatória nas escolas públicas

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode ser incluída como disciplina obrigatória nas escolas públicas. A ideia legislativa foi apresentada em março, por meio do Portal e-Cidadania e, em menos de quatro meses, recebeu mais de 20 mil apoios de internautas. A proposta aguarda relatório na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A libras é um conjunto de gestos usados por deficientes auditivos para a comunicação com outras pessoas, surdas ou não. Quem apresentou a ideia legislativa foi a pedagoga Marilei Monteiro, de São Paulo. Ela argumenta que a Libras “é a segunda língua oficial brasileira”, já que a Lei 10.436, de 2002, reconhece o sistema “como meio legal de comunicação e expressão” do país.

“Fica evidente a negligência nessa questão, pois o surdo não é alfabetizado em sua primeira língua, a libras, mas sim em sua segunda, o português. O surdo chega à escola sem saber libras, tornando praticamente inútil o trabalho do intérprete em sala de aula”, afirma Marilei. A relatora na CDH é Ana Amélia (PP-RS). Se o parecer da senadora for favorável, a sugestão será convertida em projeto (Ag.Senado).

Empresários, advogados e deputados são maioria entre candidatos

Definir o perfil da sociedade brasileira a partir das ocupações dos candidatos nestas eleições pode ser mais complexo do que se imagina. Em meio às 29.090 candidaturas (para todos os cargos) apresentadas nestas eleições, há um astrólogo, dois bailarinos, oito artistas de circo, nove catadores de recicláveis, 20 ambulantes e feirantes, além de 24 empregados domésticos, 47 artesãos e 110 religiosos.

Mas a maioria dos nomes postos é formada por empresários e advogados, assim como homens e mulheres que simplesmente se declaram “deputados”, sem especificar formação nem atividades profissionais. São 2.820 empresários, 1.719 advogados e 1.097 que se autodenominam “deputado”. O professor de ciência política Antônio Testa, da UnB, observou que mudou bastante o perfil dos candidatos, aumentando o número de empresários e advogados.

“A partir das eleições de 2010, houve um acensão muito grande de empresários



Mudou o perfil dos candidatos, aumentando o número de empresários e advogados.

e advogados, pessoas que antes bancavam candidaturas, e que depois passaram a se candidatar”. Testa analisa as candidaturas de religiosos e militares, por exemplo. “O mesmo aconteceu com pastores evangélicos e policiais, este último grupo porque a questão da segurança entrou muito forte na agenda das eleições”.

Para Antônio Testa, no caso dos artistas, se eles não tiverem visibilidade, como o deputado federal Tiririca (PR-SP), um dos mais votados do Brasil nas eleições passadas, é “muito difícil” conseguir sucesso nas

urnas. Porém, ele ressaltava a importância de representantes entre artistas de rua, catadores, ambulantes e empregados domésticos.

“Essa é uma velha estratégia que os partidos adotam para atrair votos, já que essas candidaturas estão concentradas em cargos proporcionais [deputados estadual, federal e distrital]. Como esses candidatos, muitas vezes, são lideranças em suas comunidades, eles conseguem 500 votos ali, 300 daqui e isso ajuda nomes de seus partidos a conquistar mais vagas nos parlamentos”, disse (ABR).

Projetos de reforma de agroindústrias podem receber benefícios

Os estabelecimentos ou os indivíduos que se enquadram como microempresa, empreendedor individual ou familiar rural, contarão com benefícios fiscais a projetos de reforma, ampliação e estruturação das agroindústrias artesanais, à semelhança dos benefícios oferecidos pela Lei Rouanet a projetos culturais financiados por recursos privados.

É o que estabelece o projeto que cria a Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte), com o objetivo de captar recursos destinados a aplicação em maquinário, reforma da infraestrutura de produção e capacitação profissional. O texto será analisado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde tramita atualmente, sob a relatoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que apresentou voto favorável à proposição.

O projeto estabelece que, a partir do ano-calendário de



As deduções serão de 4% do imposto devido pelas pessoas jurídicas, e de 6% pelas pessoas físicas.

2018 até o ano-calendário de 2025, as deduções para apoio a projetos de reforma e estruturação das indústrias artesanais no âmbito do Agroforte, serão de 4% do imposto devido pelas pessoas jurídicas, e de 6% do imposto devido pelas pessoas físicas.

De autoria da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), o projeto

já havia sido aprovado tendo como relator o senador Cidinho Santos (PR-MT), que manteve o texto original da proposição. Na ocasião, ele observou que a indústria familiar traz, para o meio rural, benefícios econômicos, sociais e culturais. Além disso, ajuda a fixar o homem no campo, gera renda e agrega valor aos produtos (Ag.Senado).

Candidaturas de militares também cresceram

Temas ligados à lei e à ordem, como segurança pública e combate à corrupção, fortalecem as candidaturas de militares ao longo das últimas eleições nos mais distintos cargos. Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 961 candidatos militares disputam as eleições neste ano.

Na lista de concorrentes, estão os presidenciais e o capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro (PSL) e Cabo Daciolo (Patriota), do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Do total, 575 são policiais militares, 202 são das Forças Armadas, 88 estão na reserva e 96 são do Corpo de Bombeiros.

Em 2014, 765 militares concorreram às eleições, um número 194 menor em comparação à disputa deste ano. Para o cientista político da UnB, Lúcio Rennó, apesar de não ter ocorrido um crescimento expressivo, há um desejo do eleitorado de resolver problemas do seu cotidiano e que, por vezes, estão entre as habilidades dos militares.

“Há uma sensação de medo no país todo. Até em locais onde a incidência oficial de crimes é relativamente baixa, o medo é alto, então esse tema favorece muito a uma retórica de combate ao crime e, nesse sentido, os militares em geral são favorecidos”, avaliou Rennó, ao ressaltar que a presença de candidaturas de 178 policiais civis é associada aos mesmos anseios que ligam o eleitorado aos nomes de militares das Forças Armadas, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar (ABR).

Sancionada lei de curso de primeiros socorros em escolas

Em setembro de 2017, Lucas Begalli Zamora, de 10 anos, morreu ao se engasgar com um lanche durante um passeio escolar. O caso aconteceu em Campinas. Para enfrentar o perigo iminente para crianças em situações como essa, o Congresso Nacional aprovou o projeto dos deputados Ricardo Izar (PP-SP) e Pollyana Gama (PPS-SP).

A proposta foi sancionada pela Presi-